



Custo Brasil

330.1(81)
C748cb
CNI

N.Cham. 330.1(81) C748cb CNI
Autor: Confederação Nacional da Indústria
Título: Custo Brasil.



4434

Ac. 1136

Ex.2

Ex.2 CNI ACIND FRS



Confederação Nacional da Indústria



Custo Brasil

Apresentação

O Brasil tem pressa. Investimentos, empregos e uma sociedade com elevada qualidade de vida são os nossos grandes desafios. Remover os obstáculos que impedem a concretização destes objetivos é a principal missão da sociedade brasileira.

Nos últimos anos, as empresas industriais brasileiras passaram por um vigoroso processo de ajustamento que se refletiu em crescentes ganhos de qualidade e produtividade. Os resultados positivos alcançados ocorreram em condições adversas marcadas por deterioração da infra-estrutura, sistema tributário complexo e penalizador dos investimentos e exportações, custos portuários excessivos e custos regulatórios incompatíveis com uma economia aberta à economia internacional.

Reduzir o Custo Brasil é ampliar as oportunidades de investimentos e empregos na economia brasileira e elevar a nossa capacidade de enfrentar a concorrência internacional. É uma tarefa para ser desenvolvida pelo Executivo, Congresso e Judiciário.

Para comemorar o Dia da Indústria, a Confederação Nacional da Indústria convida o Congresso Nacional para debater conjuntamente o tema. É nossa convicção que o Congresso terá um papel decisivo na criação das condições para que a economia brasileira consolide o ciclo de crescimento sustentável que se abriu a partir do Plano Real. O Brasil não pode perder esta oportunidade.

Mario Amato
Presidente da CNI

O que é o Custo Brasil

A economia brasileira acumulou ao longo de muitos anos um conjunto de ineficiências e distorções que prejudica a competitividade do seu setor produtivo. Tais ineficiências, que se tornaram patentes com o avanço da abertura da economia, dizem respeito às relações entre Estado e setor privado, e estão expressas basicamente em uma legislação inadequada e em graves deficiências no provimento de bens públicos. Reduzir o custo Brasil significa incentivar a expansão da oferta da economia brasileira, garantindo patamares superiores de produção e emprego.

Os principais componentes do Custo Brasil

O Custo Brasil está embutido nas distorções do nosso *sistema tributário*, que impõe uma carga tributária desigual, com sobretaxação do setor industrial, redonda em uma inaceitável tributação sobre as exportações e sobre os investimentos e

implica altos custos administrativos. Está também na *legislação trabalhista*, dado o excesso e a rigidez de nossos encargos trabalhistas e na precariedade dos nossos *sistemas de educação e de saúde*. Está na obsolescência da infra-estrutura de *transportes*, nos elevados *custos portuários*, na rápida deterioração das *telecomunicações* e no estrangulamento do *sistema energético*. Está presente, também, no elevado *custo de financiamento* que caracteriza a economia brasileira há muitos anos. Está, por fim, nos custos de transação elevados associados a um nível de *regulamentação* da atividade econômica excessivo e oneroso.

Como reduzir o Custo Brasil

Os elementos que compõem o Custo Brasil são, por definição, externos às empresas. Reduzir o Custo Brasil significa, portanto, atuar sobre os fatores de competitividade de natureza sistêmica,

que exigem uma ação coordenada da sociedade, com a liderança do Executivo e do Congresso. Os desafios enfrentados pela economia brasileira nos últimos anos induziram as empresas a atuarem sobre os fatores de competitividade que estão sob sua esfera de decisão. É isso que explica os ganhos de produtividade expressivos que foram obtidos pela indústria brasileira neste início dos anos 90. O setor privado continuará cumprindo sua parte, mas é certo que avanços mais significativos dependem cada vez mais da redução do Custo Brasil.

Quem ganha e quem perde com a redução

Reduzir o Custo Brasil não é um processo rápido e, muito menos, indolor. Há perdedores neste processo, que são os que se beneficiam de uma legislação inadequada e confusa e do monopólio legal em algumas atividades. Em compensação, são muitos os ganhadores, já que a redução do Custo Brasil beneficia os consumidores, que passam a

adquirir produtos a preços mais baixos e com qualidade superior, e os trabalhadores do país, já que aumentam as oportunidades de emprego, seja através do crescimento das exportações, seja através do aumento da produção nacional voltada para o mercado doméstico.

O Custo Brasil e as reformas constitucionais

Há um grau de superposição elevado entre ações para reduzir o Custo Brasil e as reformas da Constituição brasileira ora em debate. Uma parcela do Custo Brasil advém dos monopólios estatais estabelecidos na carta magna, onde também estão expressas, em parte, as legislações tributária e trabalhista que precisam ser modificadas. Entretanto, muitas das mudanças necessárias não dependem de reformas constitucionais, exigindo ação sobre a legislação ordinária e mudanças que dependem da iniciativa dos poderes Executivo e Judiciário.

Sistema Tributário (I): Sobretaxação

Uma das características perversas do sistema tributário brasileiro é a concentração da carga tributária sobre um universo reduzido de contribuintes. Assim, apesar da carga tributária não ser considerada elevada quando comparada com padrões internacionais, a desigualdade na sua distribuição faz com que o ônus tributário acabe por incidir de forma intensa sobre o setor formal da economia, e sobre o setor industrial em particular. Estudos do DEC/CNI mostram que a taxa média da indústria é de 36% do

valor adicionado, bem superior aos 25% do PIB estimados como carga média da economia.

Alíquotas máximas de IR e IVA

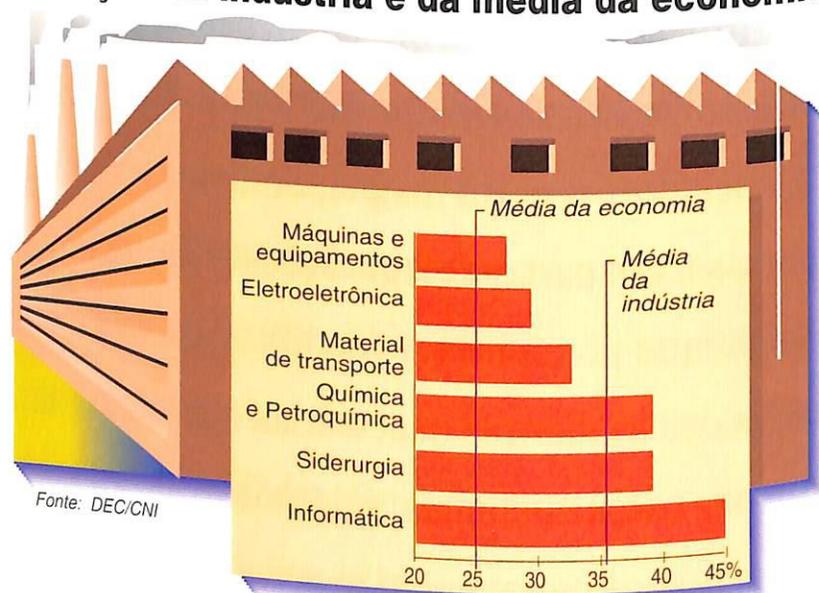


	Brasil	América Latina	América do Norte/Europa	Ásia
Alíquota máxima nominal do Imposto de Renda para Pessoa Jurídica (aplicável para um lucro líquido anual de US\$ 20 milhões)	48.18	31.52	38.49	31.43
Alíquota máxima do Imposto sobre Valor Agregado - IVA (ICMS/IPI)	28.70	21.80	15.18	9.92

Fonte: Artur Andersen

Esta concentração da carga tributária tem como contrapartida alíquotas marginais muito elevadas, tais como as do imposto de renda das pessoas jurídicas e dos impostos sobre consumo, que acabam por estar entre as mais altas do mundo. Estas alíquotas desestimulam os investimentos no país, já que a competitividade das empresas brasileiras se reduz no mercado internacional, além de criar um abismo entre os que cumprem suas obrigações, tendo que carregar os tributos nas suas planilhas de custos, e os que vivem à margem da legislação.

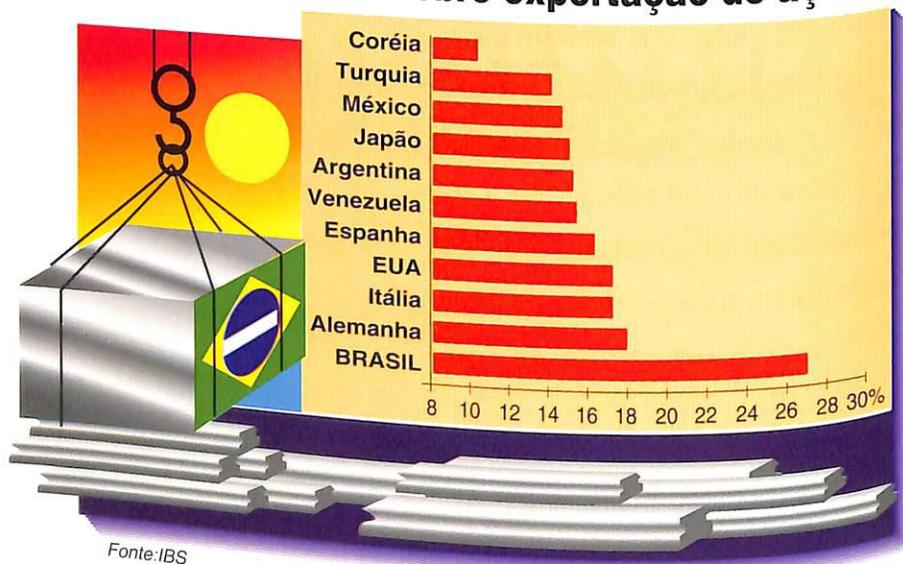
Taxação da indústria e da média da economia



Sistema Tributário (II): Impacto sobre Exportações e Investimentos

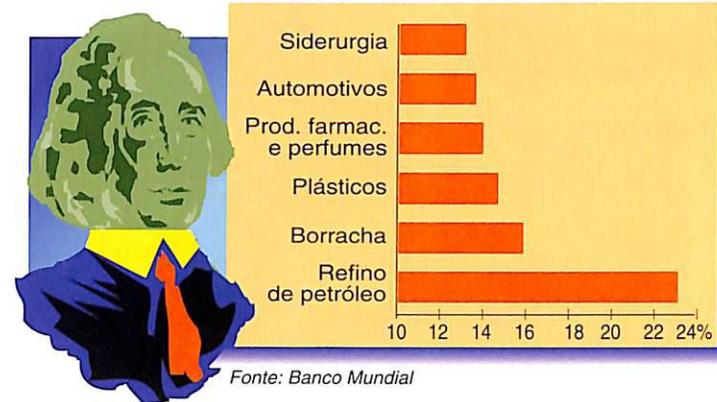
Nos últimos anos, o sistema tributário brasileiro passou a incorporar crescentemente impostos em cascata, que incidem cumulativamente em todas as etapas da atividade econômica. Trata-se de um tipo de imposto que arrecada grandes somas com alíquotas baixas e a um baixo custo de fiscalização. Ocorre que estes impostos, entre outros defeitos, acabam por onerar as exportações e os investimentos, gerando incentivos perversos para o sistema econômico. O viés anti-exportação e antiinvestimento do

Carga tributária sobre exportação de aço



nosso sistema tributário é reforçado pelas especificidades dos impostos sobre valor agregado, notadamente o ICMS, que acabam incidindo também sobre exportações e sobre os investimentos.

Impostos indiretos incidentes sobre as exportações



Um estudo do Banco Mundial mostrou que a carga de tributos indiretos sobre as exportações de produtos industrializados no Brasil atingia 11,7%, em média, no ano de 1990. Nos países avançados e nos nossos competidores este valor não difere muito de zero. No caso específico do aço, um estudo encomendado pelo IBS mostrou que a carga tributária total incidente nas exportações deste produto chegava a 26,9%, contra valores muito inferiores dos competidores, tais como a Coréia (10%) e o Japão (15%).

Estas características do sistema tributário também prejudicam o produto brasileiro que compete com importações em território nacional. O produto importado, normalmente, não embute um custo associado a tributos em cascata, além de não sofrer as conseqüências da incidência tributária sobre os investimentos.

Encargos Trabalhistas e Sociais

O peso dos encargos trabalhistas no custo da mão-de-obra no Brasil é muito alto, em função da incidência de uma carga elevada de impostos e contribuições para financiar a seguridade social, e também da existência de uma série de benefícios indiretos para os trabalhadores, que tomam a forma de dias pagos mas não trabalhados e adicionais pecuniários.

Os encargos trabalhistas no Brasil superam 100%, número super-

Encargos Sociais básicos na indústria

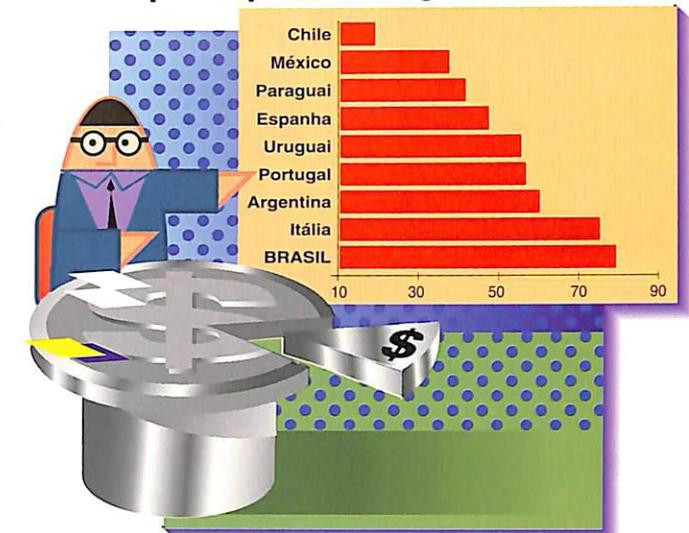


Fonte: Pastore, J. (1994)

rior ao da maioria dos países do mundo. Esta característica elimina a propalada vantagem comparativa do Brasil de pagar salários baixos: embora o salário mínimo brasileiro, mesmo com a correção recente, seja inferior, em dólares, ao salário mínimo chileno (cerca de US\$ 130), o custo para o empregador brasileiro de um trabalhador não qualificado torna-se mais elevado em função da desproporção de encargos legais incidentes sobre a folha de salários nos dois países.

Além de elevados, os encargos incidentes sobre os salários no Brasil são, contrariamente ao padrão internacional, bastante rígidos, contribuindo para uma relativamente reduzida absorção de trabalhadores no segmento formal da economia, além de incentivar a utilização de horas extras por parte das empresas.

Custos para o empregador dos benefícios impostos por Lei e Programas Sociais



Fonte: Câmara Americana de Comércio e DEC/CNI
Obs.: o número para o Brasil difere do apresentado na tabela por não incluir o repouso semanal remunerado.

Infra-estrutura: energia, Transportes e Telecomunicações

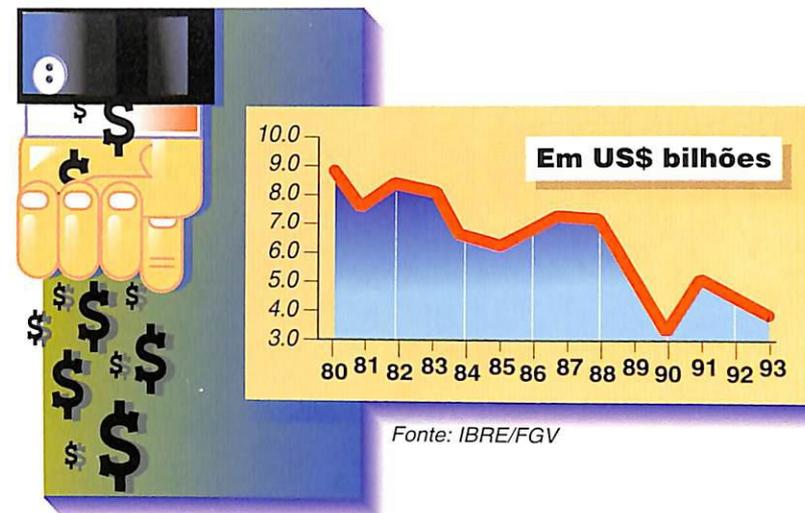
Os gastos em infra-estrutura afetam decisivamente o retorno dos insumos privados, estimulando investimentos, produção e emprego. Para uma dada quantidade de fatores privados, uma oferta mais abundante e preços mais baratos de transportes, energia e comunicação aumentam o produto final, implicando maior produtividade e menor custo dos fatores privados. A consequente elevação da remuneração dos fatores incentiva maiores investimentos e mais emprego.

Os investimentos públicos em infra-estrutura, principalmente no que se refere às empresas estatais, vêm caindo continuamente nos últimos anos. A queda pronunciada de gastos públicos em infra-estrutura, além de poder comprometer o crescimento futuro da economia brasileira, impõe ao setor privado custos elevados que reduzem suas condições de competitividade. Estimativas recentes mostram que os investimentos totais em energia,

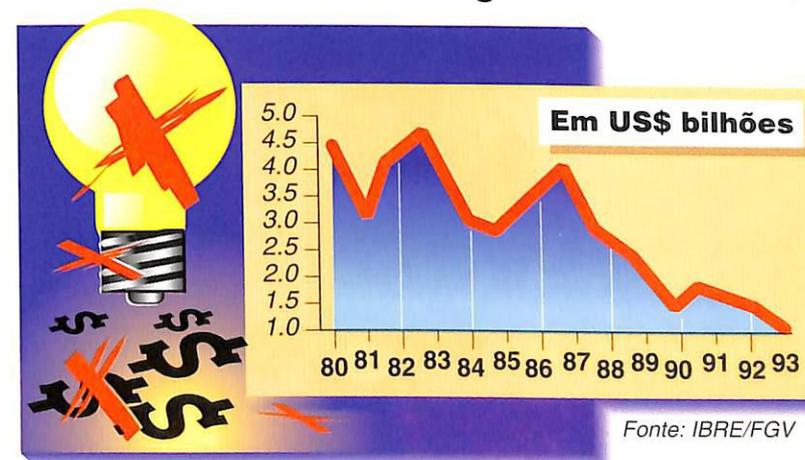
transportes e comunicações foram em 1993 somente 43% dos investimentos realizados em 1980.

Os investimentos em energia elétrica na década de noventa atingiram menos de um terço do valor gasto no início dos anos 80. Com a recuperação do crescimento econômico nos últimos anos, há perspectivas concretas de estrangulamento no futuro próximo. A situação é agravada com a virtual interrupção no cronograma de obras de nada menos que 16 hidrelétricas em construção.

Investimento total em Infra-estrutura das Estatais



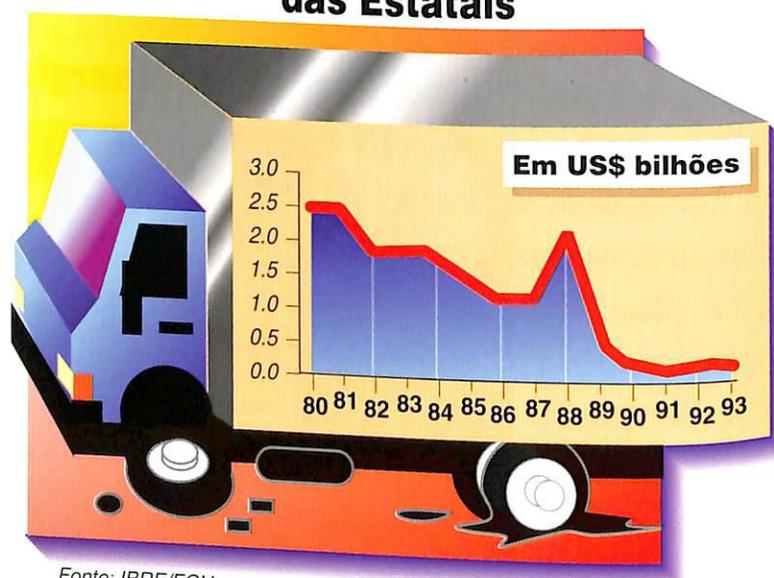
Investimento em Energia das Estatais



Infra-estrutura: Energia, Transportes e Telecomunicações

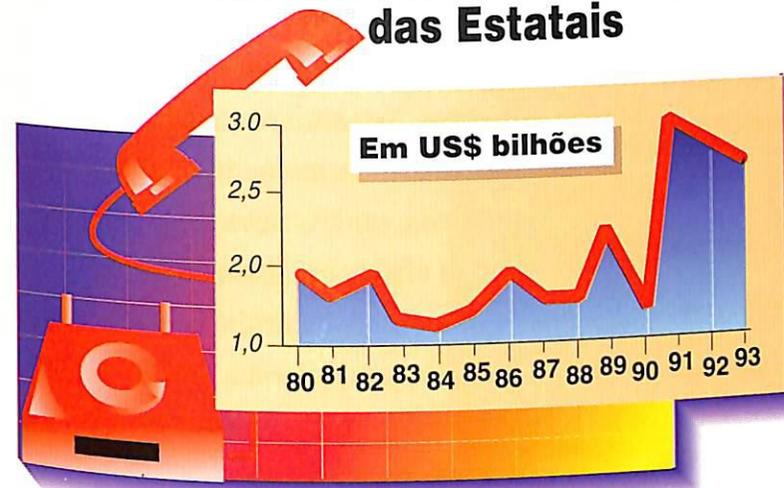
O setor mais atingido pela queda dos investimentos públicos foi o setor de transportes. Os investimentos em 1993 reduziram-se a pouco mais de 10% do valor investido em 1980. Como consequência, a situação das malhas rodoviária e ferroviária é crítica, aumentando consideravelmente os custos de transporte. Calcula-se que a má conservação das estradas aumente em 38% o custo dos fretes e em 35% o consumo de combustível.

Investimento em Transportes das Estatais



Fonte: IBRE/FGV

Investimento em Telecomunicações das Estatais



Fonte: IBRE/FGV

Os investimentos em telecomunicações foram os únicos que aumentaram nos últimos anos, o que vem garantindo a expansão anual da rede telefônica. Ainda assim, a situação do setor é precária, com elevadas filas de espera, preços elevados de linhas telefônicas e congestionamento de tráfego, onerando as empresas e os cidadãos. O custo de uma chamada internacional no Brasil é cerca de 4 vezes mais caro que nos Estados Unidos ou no Chile.

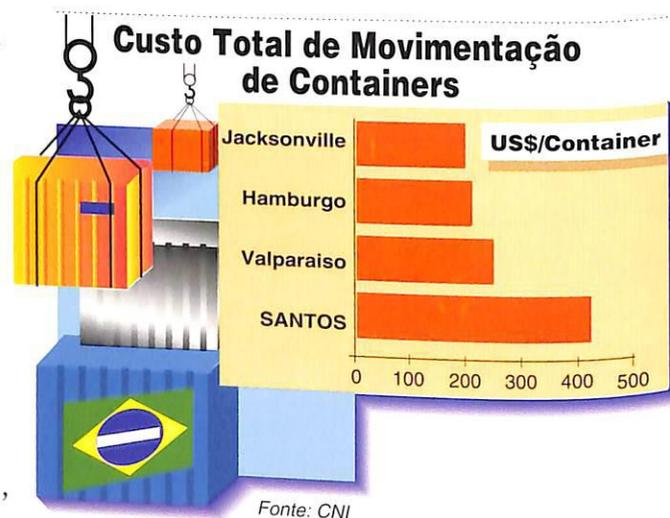
Infra-estrutura: Sistema Portuário

O sistema portuário nacional está passando por duas situações bastante distintas, de acordo com o tipo de mercadoria movimentada. No segmento de granéis tradicionais (ex.: minério de ferro, petróleo, soja, carvão) existem importantes corredores de exportação/importação amparados por uma eficiente estrutura de transporte multimodal e por portos (terminais privados) especialmente projetados para o escoamento desse grupo de mercadorias. Vale ressaltar que os terminais privados já estão sendo beneficiados com a nova legislação portuária (Lei nº 8.630/93).

No segmento de carga geral (mercadorias acondicionadas em containers, pallets, caixotes, sacarias, etc),

que transporta grande parte das exportações de produtos industrializados, a situação é inteiramente inversa. Estas mercadorias são movimentadas, basicamente, em portos públicos, onde a nova Lei ainda não surtiu efeito, persistindo os monopólios dos sindicatos de trabalhadores avulsos e do Estado (Cias. Docas) na prestação dos serviços portuários.

A baixa eficiência dos terminais de carga geral, além de diminuir a competitividade dos agentes que operam no comércio exterior (exportação, importação e marinha mercante), impede que o país possua uma matriz de trans-

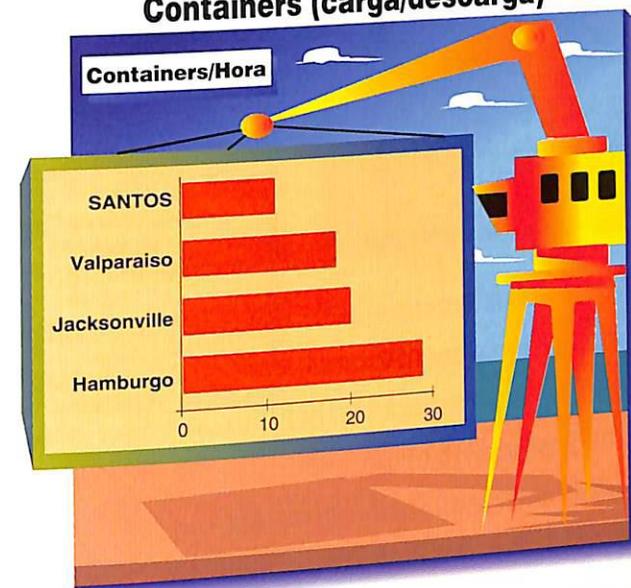


porte de cargas mais racional, através da viabilização do transporte de cabotagem. Um sistema de transporte de cabotagem de carga geral eficiente poderia inverter a matriz de transporte do país, onde o caminhão trafega longas distâncias no sentido vertical (Norte-Sul), contrariando os postulados de eficiência dos meios de transporte.

Levando-se em consideração somente a movimentação das mercadorias acondicionadas em containers escoadas pelo porto de Santos, que em 1994 representaram 22% do total de toneladas transacionadas naquele porto, o país perde por ano cerca de US\$ 132 milhões, quando se compara as estruturas de custos e os tempos de operação médios para o mesmo tipo de acondicionamento de carga e porte de navio, verificados nos portos de Hamburgo (Alemanha), Jacksonville (EUA) e Valparaíso (Chile).

Adicionando-se o tempo

Produtividade na Operação de Containers (carga/descarga)



médio de espera para atracação do navio - praticamente inexistente nos modernos terminais europeus - que atingiu, nos últimos seis meses, cerca de 4 dias no porto de Santos, devido a constantes greves, congestionamentos e ao expressivo aumento do volume de comércio, aquele valor sobe para US\$ 227 milhões/ano. Este montante corresponde a, aproximadamente, metade do valor da indenização prevista para todos os trabalhadores avulsos registrados nos portos brasileiros conforme determina a nova Lei portuária.

Custo e disponibilidade de financiamento

O patamar de juros real vigente na economia brasileira é extremamente elevado. De julho do ano passado até março deste ano, por exemplo, a taxa de juros real produzida por captação em Certificado de Depósito Interbancário foi de 25% ao ano. As taxas de empréstimos se situaram ainda em nível mais elevado: a taxa média cobrada em empréstimos para capital de giro neste início de ano foi de 50% ao ano. As razões para a prática de taxas de juros tão elevadas estão associadas precipuamente ao desequilíbrio do setor público e, mais recentemente e com menor importância relativa, a uma imposição do próprio processo de estabilização. O setor público, com o fim de financiar seu desequilíbrio financeiro, coloca significativa quantidade de títulos no mercado, elevando os juros de cap-

tação ou, mais especificamente, a taxa básica de juros da economia.

O sistema tributário também impõe uma pesada carga tributária sobre os juros. Uma grande parcela dos encargos incidentes em uma operação de empréstimo não se destina nem a remunerar o banco pelos serviços prestados como intermediário financeiro, nem a remunerar o aplicador. Esses recursos refluem para a Receita Federal a título de uma profusão de impostos como IOF, Imposto de Renda e Contribuições Sociais. As consequências sobre a atividade econômica são claramente negativas e as justificativas para a existência desta configuração tributária bastante discutíveis.

Deve ainda ser mencionado que a capacidade de competição da indústria brasileira nos mercados local e internacional é afetada pela oferta limitada de recursos para financiamento de longo prazo e de instrumentos e modalidades de engenharia financeira que termina



por criar, notadamente para as indústrias de ciclo longo, uma fonte adicional de desvantagem competitiva.

Além do impacto negativo sobre os investimentos, os juros elevados também repercutem desfavoravelmente sobre os custos das firmas. Tomar empréstimo para finan-



ciar parte do capital de giro é prática constante no setor industrial, assim como a venda a prazo a outras empresas. Neste contexto, juros altos implicam custos financeiros elevados, restringindo a oferta de bens e serviços, onerando a competitividade dos produtos e gerando pressões sobre o nível de preços da economia.

Há ainda um impacto da excessiva ingerência do governo sobre o sistema financeiro, elevando ainda mais o **spread** bancário. Mais especificamente, o setor financeiro é onerado por uma forte regulamentação que impõe destinação definida a boa parte dos recursos captados. Os depósitos compulsórios elevam a taxa de juros dos empréstimos, ampliando o **spread** bancário e apresentando um efeito similar à cunha fiscal.

Custo da regulamentação excessiva

um efeito negativo sobre o grau de formalização das atividades econômicas e sobre o próprio crescimento da economia, uma vez que o alto grau de incerteza reduz as taxas de retorno esperadas de novos projetos.

No Brasil, a tradição de forte intervenção estatal e a instabilidade macroeconômica dos últimos anos - exacerbada pelas diversas tentativas fracassadas de estabilização - conduziram a um clima para os negócios predominantemente desfavorável. Muitas atividades empresariais estão envoltas em incertezas, por estarem sujeitas a regulamentos contraditórios ou em função do grau de arbítrio permitido aos responsáveis pelos regulamentos. A lentidão nas decisões da Justiça agrava ainda mais este ambiente de incertezas. A convivência prolongada com taxas elevadas de inflação e as bruscas intervenções nos contratos privados que caracterizam as diversas tentativas de desindexação recentes contribuem em muito para agravar este quadro.

O funcionamento eficiente do setor privado pressupõe a existência de regras do jogo claras e estáveis. Um ambiente de negócios favorável requer normas claras, previsíveis, divulgadas, coerentes e aplicadas a todos de forma adequada e equânime. É indispensável, para que a empresa privada produza com eficiência, que os direitos de propriedade estejam garantidos e que haja segurança sobre os contratos privados. Por outro lado, uma regulamentação incerta e instável tem

Estudos recentes mostram que os custos de lidar com o governo são bastante elevados no Brasil. O excesso, a arbitrariedade e as frequentes mudanças na legislação fazem com que a firma típica gaste uma quantidade significativa de tempo no cumprimento dos requisitos fiscais e trabalhistas e em nego-

Também as relações intrasector privado são afetadas pelo ambiente de incerteza, criando-se custos de transação elevados entre as firmas. Estas gastam uma quantidade expressiva de recursos negociando com fornecedores e clientes, para evitar surpresas. O tempo dedicado à elaboração de um contrato no Brasil,

Tempo despendido em atividades relacionadas à Regulamentação do Governo



	Tempo do empregador	Tempo do empregado	% de uso de contador externo
Brasil (vestuário)	14%	4.9%	61.0%
Brasil (máquinas e ferramentas)	26%	4.0%	-
Chile	7% a 9.7%	0.4%	57.0%
Uruguai	9.0%	-	68.0%

Fonte: Holden e Rajapatirana

ciações com o governo. Alguns regulamentos - notadamente na área fiscal e previdenciária - são verdadeiros labirintos, exigindo muitas vezes, como é o caso das pequenas empresas, o recurso a profissionais externos para dirimir dúvidas e orientar as ações a serem tomadas. As firmas de maior porte acabam por constituir grandes departamentos jurídicos e de contabilidade.

mesmo para contratos simples, como um aluguel, é enorme. A instabilidade e imprevisibilidade macroeconômica dos últimos anos levaram este comportamento ao extremo, conduzindo a práticas indesejáveis tais como diferenciação entre preços de lista e preços efetivos e a adoção de contratos particulares ou "de gaveta", contribuindo para aumentar os custos operacionais das empresas.

Infra-estrutura social: deficiências nos sistemas de educação e saúde

Alguns obstáculos ao crescimento econômico existentes na economia brasileira decorrem da falta de uma ação de suporte do governo para o setor privado. Esta falta de complementaridade entre os setores público e privado aparece de forma dramática na questão da educação e da saúde. A insuficiência e precariedade da atuação do governo nessas áreas redundam em um investimento em capital humano abaixo do requerido pelas empresas, que se

vêm obrigadas a destinar recursos para capacitar sua força de trabalho e para garantir assistência médica adequada.

No Brasil gasta-se pouco, com o ensino básico, e mal, com a educação como um todo. Prioridades equivocadas, desperdícios na arrecadação e repasse inadequado de recursos agravam este quadro de escassez. Estima-se que apenas 50% do montante investido no ensino básico chegue efetivamente à escola e, não necessariamente, à sala de aula.

Em conseqüência, temos uma força de trabalho em que há ainda forte presença de analfa-

Indicadores de Desempenho do Sistema Educacional

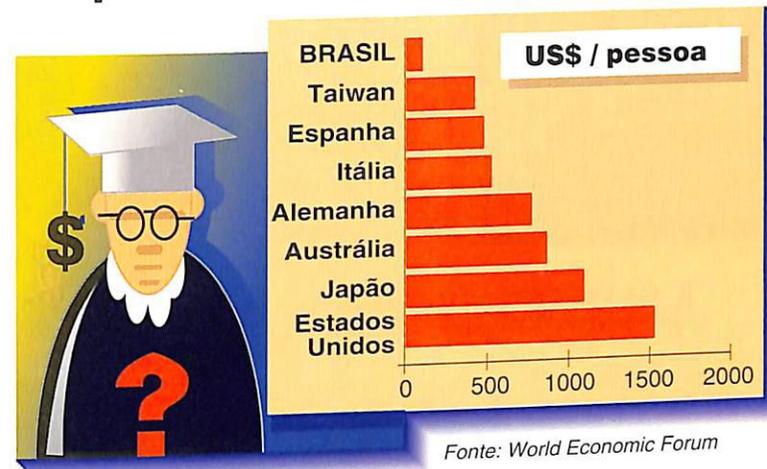
	Percentual do grupo etário matriculado em escolas - 1991		Taxa de analfabetismo entre adultos - 1990
	Secundário	Terciário	
BRASIL	39	12	19
Chile	72	23	7
México	55	15	13
Uruguai	84	32	4
Coréia do Sul	88	40	4
Estados Unidos	90	76	inferior a 5%

Fonte: Banco Mundial

betismo e com um nível médio de escolaridade bem inferior ao que seria esperado, dado o nível de renda per capita da economia brasileira. Mais ainda, o fenômeno da repetência nas primeira e segunda séries do 1º grau faz com que o Brasil “jogue fora”, todo ano, cerca de US\$ 2,5 bilhões.

Na verdade, a qualidade da educação no Brasil é hoje um dos mais sérios obstáculos ao seu desenvolvimento e à formação de uma economia eficiente e com capacidade de elevar o padrão de vida de sua população. Para os empresários industriais, as novas tecnologias de produção e de gerência e a organização industrial impõem novas exigências à formação de recursos humanos, com ênfase absoluta no fortalecimento do ensino básico,

Despesa Pública com Educação - 1990



fundamental para a progressiva substituição dos trabalhos repetitivos por processos de produção mais interativos. O sistema educacional brasileiro não está atendendo a estas exigências.

A ausência de uma oferta adequada de serviços de educação e saúde vem transferindo crescentemente para as empresas a responsabilidade de treinar e garantir assistência médica adequada para seus funcionários. As empresas modernas têm devotado recursos significativos para suprir estas carências, que acabam por representar uma parcela expressiva de seus custos.

A agenda do Custo Brasil

A SITUAÇÃO ATUAL

- A busca de eficiência e competitividade é um imperativo para a indústria brasileira
- O Custo Brasil desestimula investimentos e emprego, limitando o desenvolvimento do mercado interno e a participação do Brasil no comércio internacional

AS AÇÕES NECESSÁRIAS

- Reforma constitucional
- Legislação competitiva contemplando:
 - O impacto sobre emprego e investimento
 - O que estão fazendo (e o que pretendem fazer) os países competidores
- Investimentos em infra-estrutura física e social
- Privatização
- Parcerias com o setor privado
- Desregulamentação da economia

Referências bibliográficas

- ARTHUR ANDERSEN. Pesquisa sobre tributação - 1995. s.l., 1995. 1v.
- CNI/DEC. A carga tributária e a competitividade da indústria brasileira. Rio de Janeiro, out. 1991. 23p. (Estudos Econômicos)
- FERREIRA, Pedro Cavalcanti. Infra-estrutura no Brasil: alguns fatos estilizados. Rio de Janeiro: FGV, EPGE, dez. 1994. 30 p. (Ensaio Econômico, 251)
- GOCHENDUR, Alan R. Análise comparativa das leis e regulamentos trabalhistas e seus custos para empregadores e trabalhadores em sete países: Argentina, Brasil, Chile, México, Itália, Portugal e Espanha. São Paulo: Câmara Americana de Comércio, 1992. 28p.
- HOLDEN, Paul; RAJAPATIRANA, Sarath. Unshackling the private sector: a Latin American story. s.l., s.ed., Sept. 1994. Latin America and the Caribbean Region Technical Department Advisory Group Draft.
- INTERNATIONAL ADVISORY SERVICES GROUP. The tax burden and effective rates of protection for various international producers. Revised for fiscal year 1991. Executive summary. In: IBS. Custo Brasil. Rio de Janeiro, 1994. 30p.
- PASTORE, José. Encargos sociais no Brasil e no exterior; uma avaliação crítica. Brasília: Sebrae 1994. 142p.
- RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL - 1994. Rio de Janeiro: FGV, 1994. Publicado originalmente em inglês pelo Banco Mundial, sob o título World Development Report.
- WORLD COMPETITIVENESS REPORT - 1993. 13th ed. Geneva: World Economic Forum, June 1993.
- WORLD BANK. Brazil, an agenda for tax reform. Report n. 8147-BR [Washington] Feb. 1993.

© 1995, Confederação Nacional da Indústria

Este trabalho foi desenvolvido pelo Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, que prosseguirá investigando os diversos aspectos relacionados ao Custo Brasil. A CNI estimula as empresas, entidades empresariais e leitores em geral a enviarem colaborações e sugestões.

Confederação Nacional da Indústria
Departamento Econômico
Av. Nilo Peçanha 50, gr. 3201
20044-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 534-8144
Fax: (021) 262-1495

Edição: Departamento de Comunicação Social / CNI
Capa: Carlos Negreiros
Editoração: Edit & Print